

AB 005 Securitizadora S.A.

Em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 14 de dezembro de 2023

1. Data, Hora e Local da Assembleia: realizada aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2023, às 13:30 horas na futura sede social da AB 005 Securitizadora S.A., localizada na Rua Federação Paulista de Futebol, nº 799, sala 1204-E, Bairro Várzea da Barra Funda, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.141-040 (“Companhia”).

2. Presença: Presentes os fundadores e subscritores, representantes da totalidade do capital social inicial da Companhia, a saber: a. **AB Securitizadora S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Federação Paulista de Futebol, nº 799, sala 1204, Bairro Várzea da Barra Funda, CEP 01.141-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 53.177.136/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sob o NIRE 3530062856-0, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, pelos Diretores **Heitor Neri Orletti**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1.885.842 (SSP-ES), inscrito no CPF/MF sob o nº 100.693.407-30, residente e domiciliado na Rua Capitão Pinto Ferreira, nº 104, apartamento 14, Bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01423-020 e **Fredy Rogério Evangelista**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 40.248.773-9 (SAP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 328.795.768-65, residente e domiciliado na Rua dos Jequitibás, nº 476, apartamento 04, Bairro Campestre, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09070-330; e b. **Fredy Rogério Evangelista**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 40.248.773-9 (SAP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 328.795.768-65, residente e domiciliado na Rua dos Jequitibás, nº 476, apartamento 04, Bairro Campestre, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09070-330.

3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fredy Rogério Evangelista e secretariados pelo Sr. Heitor Neri Orletti.

4. Ordem do Dia e Deliberações: O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições foi deliberada a constituição de uma sociedade anônima, com denominação “AB 005 Securitizadora S.A.”, nos seguintes termos: (i) **Leitura e Aprovação da minuta do Estatuto Social:** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que processasse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu a discussão e votação o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da AB 005 Securitizadora S.A. a ter a ratificação estabelecida no **Anexo I** a esta ata. (ii) **Boletim de Subscrição de Ações:** Foi aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos conforme descritos no Boletim de Subscrição **Anexo II** a presente Ata: **I – a)** Nome: AB Securitizadora S.A., qualificada acima, neste ato representada pelo Sr. Heitor Neri Orletti e Fredy Rogério Evangelista; **I-b)** Número de ações subscritas: 499 (quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00 (um real); **I – c)** Percentual de ações representativas da capital social subscritas pela acionista de aproximadamente 99,9% (noventa e nove inteiros e noventa centésimos por cento); **I – d)** Valor integralizado pelo acionista: R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais); e **II – a)** Nome: Fredy Rogério Evangelista, qualificado acima; **I-b)** Número de ações subscritas: 1 (uma) ação ordinária, nominativa, sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00 (um real); **I – c)** Percentual de ações representativas do capital social subscritas pelo acionista de aproximadamente 0,1% (dez centésimos por cento); **I – d)** Valor integralizado pelo acionista: R\$ 1,00 (um real). (iii) **Eleição dos Diretores:** Os acionistas aprovaram a eleição dos diretores da Companhia os Srs. (a) **Heitor Neri Orletti**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1.885.842 (SSP-ES), inscrito no CPF/MF sob o nº 100.693.407-30, residente e domiciliado na Rua Capitão Pinto Ferreira, nº 104, apartamento 14, Bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01423-020, e (b) **Fredy Rogério Evangelista**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 40.248.773-9 (SAP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 328.795.768-65, residente e domiciliado na Rua dos Jequitibás, nº 476, apartamento 04, Bairro Campestre, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09070-330, os quais são investidos no cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em razão de condenação criminal cuja pena impeça, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou contra a propriedade. Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse correspondentes lavrados no “Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria”, permanecerão em seus cargos pelo período de 3 (três) anos a contar da presente data e não farão jus a remuneração.

(iv) **Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais:** Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no artigo 289 da Lei 6.404/76. (v) **Aprovação do endereço da sede social da Companhia:** Os acionistas aprovaram que a sede da Companhia será na Rua Federação Paulista de Futebol, nº 799, sala 1204-E, Bairro Várzea da Barra Funda, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.141-040. (vi) **Descrição da Integralização do Capital Social:** Foi declarado que o capital social de R\$ 500,00 (quinhentos reais) se encontra totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para atendimento ao disposto no art. 80, II, da Lei 6.404/76, conforme recibo de depósito descrito no Anexo II à presente Ata.

5. Encerramento: Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai assinada por mim, Heitor Neri Orletti, Secretário da Mesa, pelo Sr. Presidente da Mesa Fredy Rogério Evangelista, pelos acionistas fundadores e Diretores eleitos. São Paulo/SP, 14 de dezembro de 2023. (ass.:) **Fredy Rogério Evangelista** Presidente da Mesa; **Heitor Neri Orletti** Secretário da Mesa. **Acionistas:** **AB Securitizadora S.A.** Por: Heitor Neri Orletti – OAB/SP nº 300.106. **Anexo I – Estatuto Social – Capítulo I – Denominação, Sede Social, Objeto Social e Duração: Artigo 1º.** A AB 005 Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”) e Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução 2.686”).

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro Rua Federação Paulista de Futebol, nº 799, sala 1204 – E, Bairro Várzea da Barra Funda, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.141-040, podendo criar, transferir, bem como extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios, depósitos, lojas ou representações, em qualquer parte do território nacional ou do estrangeiro, quando as conveniências sociais o indicarem, por deliberação da Diretoria, que fixará as dotações de capital necessárias, de acordo com as disposições legais vigentes.

Artigo 3º.

A Companhia tem por objeto social: (i) realização de operações de securitização mediante a aquisição de direitos creditórios para lastrear a emissão de certificados de recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários perante investidores, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastreiam, nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme em vigor, incluindo também a aquisição e securitização de créditos enquadrados no artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000; (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de *hedge* em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Parágrafo 1º. No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos direitos creditórios por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de direitos creditórios.

Parágrafo 2º. Não incluídas no objeto social da Companhia as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos direitos creditórios supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos direitos creditórios, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos direitos creditórios; (ii) a aquisição e a alienação de títulos representativos de direitos creditórios; (iii) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos direitos creditórios; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos direitos creditórios; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. As ações ordinárias terão a forma nominativa não podendo ser conversíveis em outras formas. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2º. A propriedade das ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro das Ações Nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia.

Parágrafo 3º. A Companhia não emitirá ações de gozo ou fruição nem partes beneficiárias.

Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 6º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses e conveniências da Companhia o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas na Lei 6.404/76 e nas demais regulamentações aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada mediante a publicação do correspondente edital de convocação, considerando o prazo e as demais disposições estabelecidas na Lei 6.404/76.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei 6.404/76 e nas demais regulamentações aplicáveis, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação.

Parágrafo 3º. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei 6.404/76.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 5º. As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias Gerais, não se computando os votos em branco ou nulos.

Parágrafo 6º. A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia.

Artigo 7º. A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia a tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas previstas em lei, bem como as competências dos órgãos de administração da Companhia.

Artigo 8º. As matérias abaixo somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral quando tiverem o voto favorável de Acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias emitidas pela Companhia: (i) alteração de quaisquer das disposições do Estatuto Social que envolva a alteração do objeto social da Companhia, inclusive para a inclusão da prática de novas atividades econômicas; (ii) operações de fusão, incorporação ou cisão da Companhia, ou ainda sua liquidação ordinária ou cessação do estado de liquidação; (iii) redução do dividendo obrigatório; (iv) dissolução da Companhia; e (v) participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo 1º. Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos: (i) transferência do controle da Companhia; (ii) redução do capital social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; (iii) cessão dos créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, aos (s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a eles (as) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação que embasa suas operações de securitização, nos termos da Resolução 2.686.

Parágrafo 2º. O disposto no Parágrafo 1º acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor nominal de referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade coligada ou submetida a controle comum, e titulares de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam detidos pelo cedente dos Créditos Financeiros, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas aplicáveis.

Parágrafo 3º. Tendo em vista que a formalização dos itens “i” e “ii” previstos no Parágrafo 1º acima é feita no Livro de Registro de Ações da Companhia, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas neste artigo, sendo que qualquer operação feita em desacordo com o aqui disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível à Companhia ou a terceiros.

Capítulo IV – Administração: Seção I – Diretoria: Artigo 9º. A Companhia será administrada pela Diretoria, composta por 2 (dois) membros, os quais serão eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Os Diretores dispensados de oferecer

garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo 2º. Os membros da Diretoria estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos “Termos de Posse” lavrados no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores.

Parágrafo 3º. A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global de seus administradores e a sua distribuição.

Artigo 10º. Os diretores deverão exercer suas funções no melhor interesse da Companhia e de acordo com as disposições deste Estatuto Social e da lei. Os diretores deverão permanecer na administração da Companhia, dedicados à gestão operacional das atividades da Companhia em caráter de exclusividade. Se um dos diretores for destituído antes do fim do seu mandato, o término do mandato do novo diretor, eleito em sua substituição, deverá coincidir com a data de encerramento do mandato do restante da diretoria.

Parágrafo 1º. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo 2º. No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões da Diretoria por outro Diretor indicado por escrito por ele, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Diretor ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo 3º. Ocorrendo a vacância do cargo de qualquer Diretor, deverá ser realizada, no prazo de até 05 (cinco) dias após o evento que for constatada a vacância, Assembleia Geral de Acionistas para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição.

Parágrafo 4º. Considera-se ausência, para fins de aplicação deste artigo, o falecimento, a morte presumida declarada nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e a ausência declarada nos termos do artigo 22 do Código Civil.

Artigo 11º. Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Companhia ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os atos necessários para realização de operações relacionadas com o seu objeto social, podendo, para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Companhia, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia, sempre em conformidade com o disposto neste Estatuto Social.

Artigo 12º. A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (i) qualquer um dos Diretores, isoladamente; (ii) dos dois Diretores, em conjunto; ou (iii) de um Diretor e de um procurador da Sociedade, em conjunto, observados os limites estabelecidos na respectiva procuração.

Artigo 13º. As procurações outorgadas pela Companhia serão necessariamente assinadas pelo 2 (dois) Diretores, em conjunto, e deverão especificar, de forma detalhada, os poderes conferidos, sendo vedado outorgar, amplamente, todos os poderes gerais de administração e, com exceção daquelas para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, período de validade de, no máximo, 01 (um) ano. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos e arbitrais, presumir-se-á que foram outorgadas pelo prazo de 01 (um) ano.

Artigo 14º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolva em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovadas pela Assembleia Geral.

Seção II – Conselho Fiscal: Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente, e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo admitida reeleição.

Artigo 16º. Quando o instalado, competirá ao Conselho Fiscal exercer as funções que por lei lhes sejam atribuídas.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, perceberão os honorários fixados pela Assembleia Geral que os eleger, obedecidos os limites legais mínimos.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante termo lavrado no livro de atas da reunião do Conselho Fiscal.

Capítulo V – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado: Artigo 17º. O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

Artigo 18º. O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados, antes de qualquer outra destinação, para a constituição da Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão de tais reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei 6.404/76; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social, a legislação aplicável e políticas internas da Companhia; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei 6.404/76; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; (vi) o saldo remanescente, se houver, será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Artigo 19º. A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 20º. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Único. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Capítulo V – Dissolução, Liquidação e Extinção: Artigo 21º. A Companhia será dissolvida, liquidada e extinta nos casos previstos em lei e com observância das normas legais a isso atinentes.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

Capítulo VI – Foro: Artigo 22º. Fica eleito o Foro Central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.”

Advogado: José Alves Ribeiro Júnior – OAB/SP nº 300.106. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE nº 35.300.629.663 em 21/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral

Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57 - NIRE 35 300 575 717

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 5 dias de novembro de 2024, às 10:00h, na sede social da **Genco Holding Participações S.A.** (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 18, Cidade Jardim, CEP: 05.676-120.

2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas.

3. Mesa: Presidente: Sr. Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Secretária: Márcia Pacianotto Ribeiro.

Ordem do Dia: Reunir-se os acionistas para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) A aprovação da outorga, pela Companhia, de garantia fiduciária (*continuing guaranty*) regida sob as leis do Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, em favor da Stonebriar Commercial Finance LLC (“Stonebriar”) (“Garantia”), nos termos do “*Continuing Agreement*” a ser celebrado entre a Companhia e a Stonebriar (“*Contrato de Garantia*”), em garantia às obrigações a serem assumidas pela Focus Genco LLC (“Focus Genco”) no âmbito do “*Master Loan & Security Agreement*”, a ser celebrado entre a Focus Genco e a Stonebriar, na qualidade de credor e de agente administrativo (“*Contrato de Financiamento*”), e dos demais documentos relativos ao financiamento a ser contratado pela Focus Genco junto a Stonebriar, no montante total de USD 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de dólares norte-americanos) (“*Financiamento*”); (ii) A celebração, pela Companhia, do Contrato de Garantia, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao Financiamento e à Garantia; (iii) A autorização aos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações desta assembleia, à contratação do Financiamento, à assinatura do Contrato de Garantia, bem como à outorga e aperfeiçoamento da Garantia, incluindo, sem limitação, a assinatura de quaisquer aditamentos, anexos, procurações, notificações, certificados e quaisquer outros documentos relacionados ao Financiamento, à Garantia e ao Contrato de Garantia; e (iv) A ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para a efetivação das deliberações desta assembleia, da contratação do Financiamento e da celebração do Contrato de Garantia.

4. Deliberações: Instalada a assembleia geral extraordinária e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: (i) Aprovar, no âmbito do Financiamento, a outorga da Garantia, em garantia das obrigações a serem assumidas pela Focus Genco no Contrato de Financiamento e nos demais documentos do Financiamento, nos termos do Contrato de Garantia; (ii) Aprovar a celebração, pela Companhia, do Contrato de Garantia, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao Financiamento e à Garantia; (iii) Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações desta assembleia, à contratação do Financiamento, à assinatura do Contrato de Garantia, bem como à outorga e aperfeiçoamento da Garantia, incluindo, sem limitação, a assinatura de quaisquer aditamentos, anexos, procurações, notificações, certificados e quaisquer outros documentos relacionados ao Financiamento, à Garantia e ao Contrato de Garantia; e (iv) Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para a efetivação das deliberações desta assembleia, da contratação do Financiamento e da celebração do Contrato de Garantia.

5. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, qual foi elaborada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterá apenas a transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto o que dispõem as alíneas “a” e “b” do parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Presidente: Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Secretária: Márcia Pacianotto Ribeiro. Acionistas Presentes: Alan Zelazo, Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Henrique Coelho Casotti, Carlos Bacchan Netto, Kaiós Carlos Gomes, Diego Velloso, Márcia Pacianotto Ribeiro e Adriano Cezário de Oliveira. São Paulo/SP, 5 de novembro de 2024. JUCESP nº 423.491/24-6 em 14/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35 - NIRE 35.300.116.542

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 01 de Novembro de 2024

Data, Hora e Local: em 01 de novembro de 2024, às 15:00h (quinze) horas, por videoconferência, mediante sistema disponibilizado pela **Usina Santa Fé S.A.**, em sua sede social localizada na Estrada da Antiga Fazenda Itaqueerê, s/n, Zona Rural, CEP 14.920-000, município de Nova Europa, Estado de São Paulo, Brasil (“**Companhia**”).

Convocação e Presença: dispensada publicação de edital de convocação para esta reunião, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Roberto Malzoni Filho, Presidente; e Anita Ferraz Malzoni, Secretária. **Ordem do Dia:** (i) Exame, discussão e votação de proposta de contratação de Carta de Fiança Bancária (Fiança), no montante de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), junto ao BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Praia de Botafogo nº 501 - 5º e 6º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45 (“**Fiador**”) a ser emitida pelo Fiador exclusivamente em garantia à operação de Cédula de Crédito Bancária (“**CCB**”) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (“**BNDES**”); (II) Autorização para a Diretoria da Companhia (a) negociar e celebrar todos os instrumentos necessários para a adequada formalização da Fiança e suas garantias, quais sejam: a cessão fiduciária de direitos creditórios de CDB – Certificado de Depósito Bancário e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios de recebíveis (“**Garantias**”); (b) negociar todas as demais condições e cláusulas pertinentes (incluindo a taxa de comissão, prazo, eventos de vencimento antecipado, demais encargos, obrigações e declarações a serem assumidas pela Companhia, dentre outras); e (c) praticar todos os atos necessários à formalização da Fiança e suas Garantias. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições de qualquer natureza, foram tomadas as seguintes deliberações: (I) aprovada a contratação de Fiança junto ao Fiador, no montante de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), para o exclusivo fim de garantir operação de CCB junto ao BNDES; (II) Autorização para a Diretoria da Companhia (a) negociar e celebrar todos os instrumentos necessários para a adequada formalização da Fiança e suas Garantias, quais sejam: a cessão fiduciária de direitos creditórios de CDB – Certificado de Depósito Bancário e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios de recebíveis; (b) negociar todas as demais condições e cláusulas pertinentes (incluindo a taxa de comissão, prazo, eventos de vencimento antecipado, demais encargos, obrigações e declarações a serem assumidas pela Companhia, dentre outras); e (c) praticar todos os atos necessários à formalização da Fiança e suas Garantias. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida sendo aprovada e por todos assinada. Conselheiros Presentes: Roberto Malzoni Filho; Anita Ferraz Malzoni; Helena Malzoni Romanach; Heloísa Cleaver Malzoni; Fernando Luiz de Mattos Oliveira; Mônica Carneiro Meira Bergamaschi, e Luiz Carlos de Campos Salles. *A presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.* Nova Europa (SP), 01 de novembro de 2024. JUCESP nº 423.438/24-4 em 13/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Global 5 Participações S.A.															
CNPJ nº 23.891.010/0001-60															
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (em milhares de reais, exceto quando incluído de outra forma)															
BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022					
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	3	74	2	17.559	14.047										
Títulos e valores mobiliários	4	19.166	16.888	19.166	16.888										
Contas a receber de clientes	5	-	-	105.520	137.856										
Partes relacionadas	10	927	1.213	-	-										
Estoques	6	-	-	45.066	54.513										
Impostos a recuperar	7	-	-	38.222	34.071										
Outras contas a receber	8	1.490	1.490	5.918	6.474										
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	1.976	492										
		21.657	19.593	233.427	264.341										
Não circulante															
Partes relacionadas	10	8.316	8.317	7.832	14.989										
Impostos a recuperar	7	-	-	19.578	2.287										
IRPJ e CSLL diferidos	9	228	-	12.686	4.339										
Outros Créditos	8	-	-	7.577	4.552										
		8.544	8.317	47.673	26.167										
Investimentos	11	51.537	43.600	1.240	1.240										
Imobilizado	12	-	-	13.878	13.978										
Ativos de direitos de uso	13	-	-	7.039	6.798										
Intangível	13	1	1	4.449	95										
		51.538	43.601	26.606	22.111										
Total do ativo		81.739	71.511	307.706	312.619										
Passivo e patrimônio líquido						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA									
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	2023	2022		2023	2022	
		2023	2022	2023	2022										
Contas a pagar	-	-	-	316	70										
Fornecedores	14	1	-	122.596	112.889										
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	22.316	40.946										
Debentures	15	-	-	1.172	1.132										
Mútuo	-	-	-	3.800	-										
Partes relacionadas	10	1.088	26.212	543	2.909										
Arrendamento mercantil	-	-	-	3.557	2.597										
Obrigações sociais	17	-	-	5.831	4.709										
Obrigações e parcelamentos fiscais	16	120	119	7.859	11.923										
Provisões diversas	18	-	-	1.363	1.443										
Outras contas a pagar	794	-	-	10.554	9.794										
Adiantamento de clientes	-	-	-	3.317	9.577										
		2.003	26.331	183.224	197.989										
Não circulante															
Empréstimos e financiamentos	15	3.029	3.029	14.609	41.186										
Debentures	15	-	-	25.847	5.364										
Mútuo	-	-	-	8.470	-										
Partes relacionadas	10	33.011	4.500	3.583	5.174										
Arrendamento mercantil	-	-	-	4.205	4.781										
IR e CSLL diferidos	9	-	2.614	-	2.614										
Obrigações e parcelamentos fiscais	16	-	-	442	1.368										
Provisões diversas	18	-	-	6.863	6.485										
Provisões para Perda de Investimentos	-	1.124	-	-	-										
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-										
		36.040	11.267	64.019	66.972										
Patrimônio líquido															
Capital social		525	525	525	525										
Reserva legal		105	105	105	105										
Reservas de lucros		43.066	33.283	43.067	33.283										
		43.696	33.913	43.696	33.913										
Participação de não controladores		-	-	16.766	13.745										
Total do passivo e patrimônio líquido		43.696	33.913	60.463	47.658										
Total do passivo e patrimônio líquido		81.739	71.511	307.706	312.619										
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS															
<p>Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Global5 Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e as suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais</p> <p>de e consolidadas, e que, embora esses assuntos não gerem opiniões separadas, reconhecemos sua relevância e impacto potencial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de</p>															
<p>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS</p> <p>A GLOBAL5 ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelos dispostos em seu Estatuto Social e pela legislação em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), alterada pela Lei 11.638/07. Tem sede e foro na cidade de Barueri, na Avenida Copacabana, 238 – conjunto 2005B, sala 1 – 18 do Forte Empresarial - CEP 06472-001. A companhia tem por objetivo social a gestão de participações societárias e administração de bens próprios. As operações da Companhia são representadas pela sua participação de 75%, em suas investidas e controladas: SND Distribuição ("SND"), Future Store (FSRental), Iniciativa Vertical ("IV"), cujos outros 25% estão em poder da holding GP5.</p>															
<p>Jose Bublitz Machado - Presidente Marcelo Soares - Diretor Financeiro Adauto Pereira da Silva Jr. - Contador - CRC nº 1SP226467/O-5</p>															
<p>BDO RCS Henrique Herbel de Melo Campos Auditores Independentes CRC 2 SP 013846/O-1 CRC 1 SP 181015/O-3</p>															

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

a ser realizada em 16 de dezembro de 2024

A **Hidrovias do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 16 de dezembro de 2024, às 15:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Ratificar a extensão do prazo de exercício do direito de preferência para subscrição das novas ações a serem emitidas no âmbito do aumento de capital da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de outubro de 2024, de modo que o término de tal prazo ocorra em 23 de dezembro de 2024 (inclusive) (ao invés de 18 de novembro de 2024 (inclusive)), postergando os demais prazos relacionados ao período do direito de preferência. **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando todas as orientações detalhadas para participação ("Manual"), bem como toda a documentação relativa à matéria constantes da Ordem do Dia e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. **Participação e votação na Assembleia:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via **Boletim**, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via **Plataforma Digital**, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., **até o dia 14 de dezembro de 2024**), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual. A **Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto**. 4. **Documentos de representação dos acionistas:** A Companhia não exigirá (i) a notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; e (ii) o envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. **Informações para participação e votação na Assembleia Geral:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. **Votação por meio de Boletim:** O Boletim poderá ser enviado pelos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual e Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 14 de novembro de 2024.

Marcos Marinho Lutz – Presidente do Conselho de Administração.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2024

1. **Data, Horário e Local:** No dia 29/08/2024, às 09:00 horas, excepcionalmente no escritório da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 135, Pari, CEP 03035-040. 2. **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam: Sr. Sergio Zimmerman, Sra. Tania Zimmerman, Sr. Gregory Louis Reider, Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, restando dispensada a convocação. 3. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely; e Secretariada pela Sra. Tania Zimmerman. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do artigo 16, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia, sobre o pagamento de dividendos intermediários, com base no balanço da Companhia levantado em 30/06/2024, ad referendum da Assembleia Geral, no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). 5. **Deliberações:** Instalada a reunião e após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1** resolveram aprovar a distribuição de dividendos intermediários, com base no balanço da Companhia levantado em 30/06/2024, ad referendum da Assembleia Geral a ser realizada oportunamente, no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), correspondentes à R\$ 0,28829724720 por ação, considerando a quantidade de 450.923.487 ações ordinárias (ex-ações em tesouraria). O pagamento dos dividendos será realizado em moeda corrente nacional, no dia 29/11/2024 às pessoas inscritas como acionistas nos registros da Companhia no encerramento do pregão da B3 de 13/11/2024. As ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos" a partir de 14/11/2024; **5.2** autorizaram a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação ora aprovada. 6. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes. (a) **Mesa:** Sr. Claudio Roberto Ely (Presidente) e Sra. Tania Zimmerman (Secretária). (b) **Conselheiros Presentes:** Sr. Sergio Zimmerman, Sra. Tania Zimmerman, Sr. Gregory Louis Reider, Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley, Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva. São Paulo, 29/08/2024. JUCESP nº 423.493/24-3 em 14/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Tarsila do Amaral Licenciamento e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 04.404.143/0001-10 – NIRE 35.300.618.840

Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Tarsila do Amaral Licenciamento e Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se no dia 2 de dezembro de 2024, às 19h, na modalidade virtual, por meio da Plataforma Google Meet, pelo endereço eletrônico: <https://meet.google.com/msr-uxan-vgk?authuser=0>, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinariamente:** (i) a ratificação do relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) a eleição da Administração – Conselho de Administração e Diretoria; e (iv) a instalação do Conselho Fiscal da Companhia. **Extraordinariamente:** (i) a alteração do Estatuto Social para reformulação da Administração da Companhia, com a criação de um Conselho de Administração, complementarmente à Diretoria já existente; e a criação de Comitês Técnicos; (ii) a alteração do endereço sede da Companhia; (iii) a ratificação da contratação dos prestadores de serviços da Companhia pela Diretoria no exercício social de 2023; (iv) a ratificação do Plano Comercial da Companhia; e (v) outras matérias de interesse dos Acionistas. Itapetininga/SP, 18 de novembro de 2024.

Paulo Henrique do Amaral Studart Montenegro – Diretor Presidente.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

